



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

**ATA SUMÁRIA REFERENTE À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONCIDADE NATAL DE 29 DE AGOSTO DE 2016**

PAUTA:

- a) Informes gerais;
- b) Aprovação da ata dos dia 18 de julho de 2016;
- c) Apresentação e discussão acerca da minuta de revisão da Lei nº 6.013/09 que Regulamenta o Concidade Natal.

1 Aos vinte e nove dias do mês de agosto aconteceu a 3ª reunião extraordinária do
2 Concidade Natal do ano de 2016, no auditório do Hospital Municipal Dr. Newton
3 Azevedo, localizado na Rua Manoel Machado, s/n, Petrópolis. A reunião teve início às
4 14h40, em 2ª chamada e foi presidida pelo Sr. Albert Josuá Neto, vice-presidente,
5 contando com a presença dos conselheiros: George Câmara de Souza - SME; Rosa de
6 Fátima Soares de Souza – SEHARPE, Cristiane Ribeiro Dantas – SEL; Ricardo José B.
7 de Melo Loureiro Amorim (PGM); Carlos Magno de Oliveira – SMS, Márcia Aparecida
8 Sousa da Silva – SEMPLA; Maria de Fátima Abrantes – SEMPLA, Mário Sérgio de
9 Holanda Madruga - ARSBAN e Ruth Maria da Costa Ataide – UFRN. O Sr. Josuá Neto
10 abriu a reunião dando as boas-vindas aos presentes e apresentando a pauta da reunião
11 com os seguintes pontos: a) Informes gerais; b) Aprovação da ata do dia 18 de julho de
12 2016; c) Apresentação e discussão acerca da minuta de revisão da Lei nº 6.013/09 que
13 Regulamenta o Concidade Natal. Em seguida ele apresenta os informes, nos quais
14 consta o processo referente a ZPA 10 e relembra que a audiência já aconteceu e que o
15 processo ainda encontra-se com a comissão que está concluindo o parecer, já com as
16 sugestões da comunidade. Ruth diz que até agora o que aconteceu foram
17 apresentações e que o conselho ainda não discutiu o conteúdo, mas como está sendo
18 sistematizado pela comissão deve haver um prazo para leitura dos conselheiros antes
19 que se marque a reunião para discussão desta pauta, uma vez que os conselheiros
20 também podem contribuir. Na sequência, Josuá Neto apresenta o próximo ponto de
21 informe que é a Lei de Regularização Fundiária, para isso ele faz um pequeno histórico
22 e diz que esse projeto de lei virá do CONHABINS apresentado, discutido e aprovado. O
23 projeto esta vindo para o Concidade onde deverá ser apresentado e levado a discussão
24 e aprovação. É um projeto extremamente importante para a cidade porque Natal tem
25 um problema sério quanto a regularização fundiária, havendo áreas inteiras sem título



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

26 de propriedade. O próximo informe trata do Parque tecnológico e nisso Josué Neto faz o
27 histórico de criação do projeto explicando o retorno da Câmara e sua vinda oficial para o
28 Concidade. Josué Neto explica que, como se trata de um tema que requer urgência pois
29 fala de geração de emprego e renda neste momento que vivemos. Prof^a Ruth Ataíde diz
30 que participou de uma reunião na UFRN há duas semanas e que o Prof. Ivonildo,
31 Diretor do Instituto Metrópole Digital, discutiu uma nova proposta tirando a questão
32 territorial. Prof Ruth Ataíde pergunta sobre o preenchimento das vagas remanescentes
33 de conselheiros e a conselheira Márcia Aparecida lembra que temos que fazer a ação
34 de preenchimento das vagas uma vez que a nova lei ainda tem tempo para ser
35 aprovada. Com a palavra, o conselheiro Carlos Magno convida Renata diretora do
36 Hospital Municipal para dar as boas vindas e falar rapidamente da estrutura do Hospital.
37 Ela diz que ele atende uma média de 600 pacientes/dia e fala da UTI, internações
38 clínicas, dos 35 leitos para clinica médica pediátrica, saúde mental, pediatria e que, em
39 breve o seu grande desafio que será aberto, o centro cirúrgico. Ao término da fala de
40 Renata, Josué volta à pauta e coloca a ata do dia 18 de julho em votação, sendo esta
41 aprovada por unanimidade. Depois disso, ele anuncia a apresentação de Dra. Marise
42 Costa sobre a revisão da Lei que Regulamenta o Concidade Natal, explicando que o
43 Conselho está dando continuidade a esta discussão, uma vez que em outras reuniões
44 deste ano de 2016 o tema vem sendo apresentado e debatido. Dra, Marise Costa e a
45 conselheira Rosa de Fátima iniciam sua apresentação. Dra. Marise, com a palavra diz
46 que essa é a terceira vez que realiza essa apresentação e lembra que essa comissão
47 foi montada em agosto de 2015. Ela explica que o trabalho da comissão foi rever a lei
48 6.013 e que foram vistos artigo, lembra que o material foi distribuído para todos, mas
49 que nenhuma contribuição chegou. Ela explica que a nova proposta tem alguns pontos
50 relevantes e que nada é definitivo ou imutável, portanto a comissão está aberta a
51 qualquer sugestão e discussão. Ela entende que há dois pontos relevantes, um deles é
52 o tamanho do conselho, e que pela macrocefalia deste conselho não o torna eficiente
53 quanto deveria ser. A segunda questão trata da criação das câmaras temáticas dentro
54 do próprio conselho. Outra sugestão é a formação dos grupos de trabalho de caráter
55 provisório. Dra. Marise mostra que a lei está dividida em 5 capítulos, sendo essa bem
56 extensa. Márcia Aparecida lembra que o grupo tomou como referência as demais leis
57 brasileiras que tratam do Concidade e que o único caso em que os conselhos fazem
58 parte do Concidade é este nosso. Na sua opinião isso causa complicação. Márcia



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

59 aponta a questão da formação do conselho por meio de eleição e sugere que esta
60 aconteça durante a conferência da cidade. Rosa de Fátima, com a palavra explica a
61 questão da composição a partir do levantamento das faltas que fez, e apresenta os
62 gráficos e o comparativo. Ela explica que fez um remanejamento nos segmentos na
63 redução e justifica a proposta de saída de algumas secretarias do Concidade, como a
64 SEMTAS, SEL, SMS, SEL, FUNCARTE e Urbana. Com relação aos representantes das
65 regiões administrativas a Lei original fez uma divisão das regiões em 7 agrupamentos
66 de bairros o que confunde porque não define por zona administrativa, daí reorganizou
67 em regiões administrativas. Com relação aos demais movimentos e segmentos Rosa
68 vai explicando porque não permaneceu com a proposta de manter as vagas específicas
69 da FECEB, MLB, CONAM e FECNAT, pois sugere que os movimentos sociais
70 participem do processo eleitoral para este segmento. Com relação aos representantes
71 de sindicatos, sua escolha também se desse por eleição, além disso, sugere aumentar
72 essa vaga para duas. Ou seja, na nova proposta haverá eleição para os movimentos
73 sociais e populares e sindicatos. Os conselheiros Ricardo Amorim e Carlos Magno
74 sugerem que a apresentação dos trabalhadores e entidades sindicais desça para um
75 representante. Josué Neto pede que observem a questão da redução do poder público
76 em detrimento da sociedade civil. Dra Marise concorda com a redução das entidades
77 sindicais e dos empresários. Rosa de Fátima sugere que o remanejamento dessas duas
78 vagas siga para ONGs. Ruth Ataíde diz que na discussão sobre a cidade as entidades
79 acadêmicas e de pesquisa não devem ser nomeadas e diz que sente falta na Lei antiga
80 referente as associações de pesquisa. Na sua opinião concorda com a retirada de mais
81 uma representante dos sindicatos e um dos empresários, da nova proposta, como tinha
82 colocado Rosa, para remanejar para ONGs e entidades acadêmicas e de pesquisa.
83 Carlos Magno sugere que se mantenha a paridade de 50% do poder público e 50% dos
84 movimentos sociais. Josué Neto fala sobre a questão de diminuir para 40% enquanto
85 do nacional tem 43% e Rosa de Fátima explica que os 43% do nacional refere-se a
86 questão das esferas. Dra. Marise Costa explica que a ideia do conselho é justamente
87 receber a sugestão da comunidade, uma vez que é o próprio poder público já é
88 promotor das políticas públicas. Ruth Ataíde então questiona porque a PGM ficou com
89 duas vagas, se é um órgão auxiliar. Josué Neto e Carlos Magno combinam na sugestão
90 de retirar um representante da PGM e remanejar para STTU. Prof. Ruth diz que é
91 importante realizar a reunião dos presidentes dos conselhos, pensada na reunião

**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

92 passada, isso tem uma relação direta com esta revisão da Lei. Ela lembra que o
93 objetivo desta lei está no Plano Diretor e se pergunta como seria possível essa
94 articulação dos conselhos, algo que na prática tem se mostrado difícil, por isso é
95 importante discutir a questão das câmaras temáticas. Ela levanta uma questão
96 importante, o que diz plano diretor sobre essa articulação e observa que na proposta
97 nova não apresenta articulação uma vez que afasta os conselhos. Para ela, na hora
98 que tira os conselhos, desvincula. Dra. Marise diz que essa questão foi a mais
99 problemática para o grupo e lembra o que foi discutido. Segundo ela, quando as
100 matérias chegam devem ser distribuídas para um grupo com mais afinidade com o
101 tema. Ela explica que na nova proposta essas câmaras são formadas pelos membros
102 do próprio Concidade. Ruth explica que nossa situação é diferente e a nova proposta
103 não resolve a questão da falta de articulação com os demais conselhos. Marise enxerga
104 a necessidade de rever as competências do conselho, como por exemplo, a questão do
105 orçamento do município e a articulação dos conselhos setoriais. Chegando ao término
106 da reunião, a comissão se comprometeu de, a partir das sugestões proferidas nesta
107 tarde, realizar as inserções na nova proposta da Lei para uma próxima apresentação ao
108 Conselho.

Conselheiros titulares e suplentes presentes	
Albert Josué Neto – SEHARPE	
Carlos Magno de Oliveira – SMS	
Cristiane Ribeiro Dantas – SEL	
George Câmara de Souza - SME	
Márcia Aparecida Sousa da Silva – SEMPLA	
Maria de Fátima Abrantes – SEMPLA	
Mário Sérgio de Holanda Madruga - ARSBAN	
Rosa de Fátima Soares de Souza - SEHARPE	
Ricardo Amorim - PGM	
Ruth Maria da Costa Ataide - UFRN	

Albert Josué Neto
Vice-presidente do Concidade Natal

Juliana Rocha de Azevedo da Costa
Secretária Executiva do Concidade Natal